

Xingu Rio
Transmissora de
Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2021 com
relatório do auditor independente**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	6
Balanço patrimonial	10
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	15



Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE” ou “Sociedade”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2021.

1) A Sociedade

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“Sociedade” ou “XRTE”), foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Sociedade é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Sociedade espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	2.792,29
Tensão em kV:	800/500
Subestações próprias/acessadas:	3

3) Desempenho Financeiro

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$1.411.911 (um bilhão, quatrocentos e onze milhões, novecentos e onze mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 e R\$1.255.776 (um bilhão, duzentos e cinquenta e cinco milhões, setecentos e setenta e seis mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.



3.2) Desempenho econômico-financeiro

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
• Liquidez geral	1,34	1,37
• Liquidez corrente	1,63	0,23
• Relação patrimônio líquido/ativo	25,62%	27,24%
• Relação passivo não circulante/ativo	68,74%	54,54%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	0,75%	9,52%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	39,73%	36,10%
Ativos totais	9.019.386	8.891.350
Lucro líquido do exercício	17.384	228.829

4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

A SGBH constituiu uma Divisão de Compliance e passou a implementar seu Programa de Compliance nas empresas do grupo. Desde o início de 2021, em respeito à legislação local e internacional relacionada ao compliance corporativo, a Companhia aprovou seu Código de Ética e Conduta Empresarial, implementou e continua implementando Políticas, Regras e Procedimentos de Conformidade, está promovendo a realização contínua de campanhas de comunicação e treinamentos, viabilizou o lançamento do Canal de Denúncias (externo e independente) e está conduzindo investigações internas. Além disso, o Programa de Compliance conta com apoio inequívoco da alta administração através da participação em treinamentos e comunicações internas.

Além disso a Companhia deu continuidade em sua gestão de riscos corporativos realizando o monitoramento dos riscos e reavaliando a sua matriz de forma a mantê-la atualizada e refletindo os seus riscos corporativos. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) Responsabilidade ambiental e social

A Sociedade vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Sociedade também participa de ações sociais junto à Sociedade.

6) Agradecimentos



XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Sociedade e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo imobilizado e intangível

Veja as Notas 3.1, 6, 11 e 12 das demonstrações contábeis regulatórias

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esses assuntos
<p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2021 apresenta em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$ 7.991.724 mil referente ao seu ativo imobilizado e intangível.</p> <p>Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais e vida úteis de depreciação são determinadas pelo órgão regulador.</p> <p>Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e conseqüentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado e intangível como principal assunto em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) entendimento do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados com o processo de análise e mensuração dos gastos de concessão reconhecidos como imobilizado e intangível;(ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e intangível;(iii) em bases amostrais, realizamos testes de inspeção documental e confronto com saldos contábeis nas adições e baixas ocorridas no imobilizado e intangível ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021;(iv) recálculo da depreciação com base nas vidas úteis determinadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE");(v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis regulatórias. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos do imobilizado e intangível, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Outros assuntos

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 11 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também a administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	610.339	220.252
Concessionárias e permissionárias	8	152.522	139.129
Contas a receber - partes relacionadas	26	10	20
Adiantamento a fornecedores		1.881	2.104
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	46.222	6.347
Outros impostos a recuperar	10	1.168	8.155
Despesas antecipadas		5.945	2.500
Outros ativos circulantes		<u>11.057</u>	<u>1.996</u>
		829.144	380.503
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	9	139.102	126.866
Impostos diferidos	15	49.187	72.159
Imobilizado	11	7.867.602	8.193.347
Intangível	12	124.122	114.159
Outros ativos não circulantes		<u>10.229</u>	<u>4.316</u>
		8.190.242	8.510.847
Total do ativo		<u>9.019.386</u>	<u>8.891.350</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	13	204.762	242.114
Fornecedores - partes relacionadas	26	37	286
Empréstimos e financiamentos com terceiros	14	277.021	242.083
Empréstimos com partes relacionadas	14	-	1.021.104
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	15.816
Outros impostos a pagar		12.365	33.297
Taxas regulamentares	16	7.342	8.667
Dividendos propostos	18	-	98.342
Outros passivos circulantes		6.393	6.569
		507.920	1.668.278
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos com terceiros	14	6.175.464	4.791.268
Outras provisões - compensação ambiental		22.917	29.708
Provisão para contingências	17	1.928	102
		6.200.309	4.821.078
Patrimônio líquido	18		
Capital social		2.291.001	2.771.001
(-) Capital a integralizar		-	(480.000)
Reserva Legal		87.330	67.931
Reserva de Lucros		1.284.428	1.020.441
Reserva de incentivos fiscais		34.005	37.648
Prejuízo acumulado		(1.385.607)	(1.015.027)
		2.311.157	2.401.994
Total do passivo e do patrimônio líquido		9.019.386	8.891.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	19	1.315.264	1.237.104
Custo da operação	20	<u>(374.814)</u>	<u>(368.954)</u>
Lucro bruto		940.450	868.150
Despesas gerais e administrativas	21	(18.965)	(37.772)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	23	<u>(3.374)</u>	<u>36.640</u>
Resultado antes do resultado financeiro		918.111	867.018
Resultado financeiro	24	<u>(896.631)</u>	<u>(508.549)</u>
Receita financeira		27.924	13.209
Despesa financeira		(924.555)	(521.758)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>21.480</u>	<u>358.469</u>
IRPJ e CSLL correntes	25	18.876	(95.427)
IRPJ e CSLL diferidos	15/25	<u>(22.972)</u>	<u>(34.213)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>17.384</u></u>	<u><u>228.829</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	17.384	228.829
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	17.384	228.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>						Total
	Capital social	(-) Capital a integralizar	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva de Incentivos fiscais	Prejuízos Acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.771.001	(480.000)	32.320	607.947		(531.635)	2.399.633
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	228.829	228.829
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 18)	-	-	35.611	-	-	(35.611)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 18)	-	-	-	-	-	(489)	(489)
Provisão de incentivos fiscais SUDAM	-	-	-	-	37.648	(37.648)	-
Dividendos adicionais (Nota explicativa 18)	-	-	-	(110.858)	-	-	(110.858)
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 18)	-	-	-	(115.121)	-	-	(115.121)
Reserva de Lucros (Nota explicativa 18)	-	-	-	638.473	-	(638.473)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.771.001	(480.000)	67.931	1.020.441	37.648	(1.015.027)	2.401.994
Redução de Capital	(480.000)	480.000	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	17.384	17.384
Constituição da reserva legal (Nota explicativa 18)	-	-	19.399	-	-	(19.399)	-
Provisão de incentivos fiscais SUDAM (Nota explicativa 18)	-	-	-	-	(3.643)	3.643	-
Juros sobre capital próprio (Nota explicativa 18)	-	-	-	-	-	(58.645)	(58.645)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 18)	-	-	-	313.563	-	(313.563)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 18)	-	-	-	(49.576)	-	-	(49.576)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.291.001	-	87.330	1.284.428	34.005	(1.385.607)	2.311.157

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		21.480	358.469
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos a pagar	14	918.656	515.353
Depreciação e amortização		312.123	310.847
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	8	(197)	1.979
Provisão para contingência	17	1.826	102
Atualização monetária - Compensação ambiental		2.659	4.613
Custo de transação de financiamento	14	(27.086)	-
Atualização monetária		-	(105)
(Aumento) redução nos ativos			
Concessionárias e permissionárias		(13.195)	4.487
Contas a receber - partes relacionadas		10	-
Estoques		(7.527)	(1.628)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(39.875)	(6.347)
Outros impostos a recuperar		6.987	6.755
Adiantamentos a fornecedores		223	880
Despesas antecipadas		(3.445)	8.382
Outros ativos		(7.448)	(4.182)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(37.600)	(267.458)
Tributos e contribuições sociais		179.952	102.186
Taxas regulamentares		(1.325)	5.795
Compensação Ambiental		(9.450)	25.095
Outros passivos		(177)	(5.833)
Juros pagos	14	(439.674)	(170.677)
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(53.648)	(33.822)
Outros impostos pagos		(152.972)	(152.480)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		650.297	702.411
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	11/12	3.658	(45.110)
Títulos e valores mobiliários		(12.236)	(55.520)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(8.578)	(100.630)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital			-
Financiamentos captados	14	1.100.000	201.108
Financiamentos pagos	14	(1.153.866)	(505.986)
Dividendos pagos	18	(50.065)	(117.000)
Juros sobre capital próprio pagos		(147.701)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(251.632)	(421.878)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		390.087	179.903
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		220.252	40.349
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		610.339	220.252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (“XRTE” ou “Companhia”) é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 07 de agosto de 2015 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro.

A Companhia iniciou suas operações em 22 de agosto de 2019 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

No dia 22 de outubro de 2015, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 007/2015 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro:

- (i) Estação conversora de corrente alternada em contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e \pm 800kV junto à Subestação Xingu, no Estado do Pará; banco de transformadores conversores, equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônica; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivo eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo, com extensão aproximada de 37,33 km
- (ii) Subestação Terminal Rio, no Estado do Rio de Janeiro, com pátio em 800kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 500kV com dois compensadores síncronos de (150/-75) Mvar, conectados por um banco de (3x100) MVA de transformadores monofásicos e uma unidade de reserva de 100 MVA e dois transformadores 500/13,8kV - 40 MVA, para atender os serviços auxiliares.
- (iii) Estação conversora de corrente alternada em corrente contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e \pm 800kV, junto à Subestação Terminal Rio; banco de transformadores conversores; equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônicas; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivos eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo, com extensão aproximada de 150,43 km

- (iv) Linha de transmissão em corrente contínua em $\pm 800\text{kV}$ entre as subestações Xingu e Terminal Rio, bipolo simples, com extensão aproximada de 2.539km com um cabo de para-raios em fibra óptica.
- (v) Linha de Transmissão em 500kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu, em circuito duplo, com extensão aproximada de 64,94 km.
- (vi) Instalações vinculadas e demais instalações necessárias a funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
- (vii) Em 14 de Outubro de 2019, a Companhia teve a sua entrada em operação com recebimento de 100% da RAP através do TLD (termo de liberação definitiva) TDLONS/620/10/2019 emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrica (ONS)

1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP foi determinada em R\$988.030 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA.

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 1.255.776 (um bilhão, duzentos e cinquenta e cinco milhões, setecentos e setenta e seis mil) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 1.411.911 (um bilhão, quatrocentos e onze milhões, novecentos e onze mil) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

1.4 Coronavírus (COVID-19)

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde.

Impacto nas demonstrações financeiras

A Companhia vem analisando cuidadosamente as novas diretrizes da política governamental em resposta à pandemia, revendo seu planejamento estratégico e sensibilizando suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA).
- (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações;

Os impactos nos anos de 2020 e 2021 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da Companhia que impactaram o Fluxo de Caixa.

No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Apesar de algumas perdas serem registradas na conta ao longo de 2020, o impacto geral nas demonstrações financeiras não foi material. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 2,0% da RAP. No exercício de 2021, essa conta não registrou perdas relacionadas aos impactos do COVID-19

No que tange às despesas, se verificou que os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exame/s médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio total das despesas de 0,1% em 2020 e 0,5 no exercício de 2021, nos montantes de R\$142 (cento e quarenta e dois mil reais) e R\$ 401 (quatrocentos e um mil reais) respectivamente, patamar considerado imaterial.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 26 de abril de 2022.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado na demonstração contábil regulatória. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Sociedade revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3 Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 11 – Imobilizado e nota explicativa 12 – Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em serviço” e “Em curso”. Os itens apresentados no grupo “Em serviço” correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4 Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias

4.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS - Programa de Integração Social, com alíquota de 1,65%, e à COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 7,6%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

4.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro.. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8 Ativos e Passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

4.11 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.12 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

- (a) Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)- As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A Companhia concluiu que não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2021.
- (b) Reforma de taxas de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge.
- (c) Outras normas
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
 - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
 - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
 - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
 - CPC 32 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente, em 18 de maio de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

6 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		829.144	1.275.216	2.104.362	380.503	1.188.827	1.569.330
Caixa e equivalentes de caixa		610.339	-	610.339	220.252	-	220.252
Concessionárias e permissionárias		152.522	-	152.522	139.129	-	139.129
Contas a receber – partes relacionadas		10	-	10	20	-	20
Adiantamentos a fornecedores		1.881	-	1.881	2.104	-	2.104
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		46.222	-	46.222	6.347	-	-
Outros impostos a recuperar		1.168	-	1.168	8.155	-	8.155
Ativos de contrato	a	-	1.275.218	1.275.218	-	1.188.827	1.188.827
Outros ativos circulantes		11.057	-	11.057	1.996	-	1.996
Despesas antecipadas		5.945	-	5.945	2.500	-	2.500
Ativo não circulante		8.190.242	3.045.607	11.235.849	8.510.847	2.475.053	10.985.900
Ativos de contrato	a	-	11.084.112	11.084.112	-	10.851.954	10.851.954
Títulos e valores mobiliários		139.102	-	139.102	126.866	-	126.866
Impostos diferidos	c	49.187	(49.187)	-	72.159	(72.159)	-
Outros ativos não circulantes		10.229	-	10.229	4.316	-	4.316
Imobilizado	b	7.867.602	(7.866.664)	938	8.193.347	(8.192.384)	963
Intangível	b	124.122	(122.654)	1.468	114.159	(112.358)	1.801
		9.019.386	4.320.825	13.340.211	8.891.350	3.663.880	12.555.230

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

	Nota	31/12/2021			31/12/2020	
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes
Passivo						
Passivo circulante		507.920	-	507.920	1.668.278	1.668.278
Fornecedores terceiros		204.762	-	204.762	242.114	242.114
Fornecedores partes relacionadas		37	-	37	286	286
Empréstimos com partes relacionadas		-	-	-	1.021.104	1.021.104
Empréstimos e financiamentos		277.021	-	277.021	242.083	242.083
Impostos e contribuições sociais		-	-	-	15.816	15.816
Outros impostos a pagar		12.365	-	12.365	33.297	33.297
Taxas regulamentares		7.342	-	7.342	8.667	8.667
Dividendos propostos		-	-	-	98.342	98.342
Outros passivos circulantes		6.393	-	6.393	6.569	6.569
Passivo não circulante		6.200.309	2.258.887	8.459.196	4.821.078	6.793.600
Empréstimos e financiamentos		6.175.464	-	6.175.464	4.791.268	4.791.268
Outras provisões - compensação ambiental		22.917	-	22.917	29.708	29.708
Impostos diferidos	c	-	2.258.887	2.258.887	-	1.972.522
Provisão para contingências		1.928	-	1.928	102	102
Patrimônio líquido		2.311.157	2.061.938	4.373.095	2.401.994	4.093.352
Capital social		2.291.001	-	2.291.001	2.771.001	2.771.001
Capital a integralizar		-	-	-	(480.000)	(480.000)
Reserva de lucros	d/e	1.284.428	676.331	1.960.759	1.020.441	1.020.441
Reserva especial de lucros a realizar		-	-	-	-	676.331
Reserva legal		87.330	-	87.330	67.931	67.931
Reserva de incentivos fiscais		34.005	-	34.005	37.648	37.648
Lucro (prejuízo) acumulado	d/e	(1.385.607)	1.385.607	-	(1.015.027)	-
		9.019.386	4.320.825	13.340.211	8.891.350	12.555.230

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	1.315.264	299.786	1.615.050	1.237.104	270.547	1.507.651
Custo da operação	e	<u>(374.814)</u>	<u>303.631</u>	<u>(71.183)</u>	<u>(368.954)</u>	291.997	<u>(76.957)</u>
Lucro bruto		940.450	603.417	1.543.867	868.150	562.544	1.430.694
Despesas gerais e administrativas		(18.965)	-	(18.965)	(37.772)	-	(37.772)
Outras (despesas) / receitas operacionais		<u>(3.374)</u>	<u>-</u>	<u>(3.374)</u>	<u>36.640</u>	<u>-</u>	<u>36.640</u>
Resultado antes do resultado financeiro		918.111	603.417	1.521.528	867.018	562.544	1.429.562
Resultado financeiro		<u>(896.631)</u>	<u>-</u>	<u>(896.631)</u>	<u>(508.549)</u>	<u>-</u>	<u>(508.549)</u>
Receita financeira		27.924	-	27.924	13.209	-	13.209
Despesa financeira		<u>(924.555)</u>	<u>-</u>	<u>(924.555)</u>	<u>(521.758)</u>	<u>-</u>	<u>(521.758)</u>
Lucro antes dos impostos		21.480	603.417	624.897	358.469	562.544	921.013
IRPJ e CSLL correntes	c	18.876	-	18.876	(95.427)	-	(95.427)
IRPJ e CSLL diferidos	c	<u>(22.972)</u>	<u>(232.837)</u>	<u>(255.809)</u>	<u>(34.213)</u>	<u>(130.631)</u>	<u>(164.844)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>17.384</u>	<u>370.580</u>	<u>387.964</u>	<u>228.829</u>	<u>431.913</u>	<u>660.742</u>

6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido societário	<u>4.373.095</u>	<u>4.093.352</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(12.359.330)	(12.040.781)
Impostos diferidos ativos	49.187	72.159
Imobilizado	7.866.664	8.192.384
Intangível	122.654	112.358
Impostos diferidos passivos	<u>2.258.887</u>	<u>1.972.522</u>
Patrimônio Líquido regulatório	<u><u>2.311.157</u></u>	<u><u>2.401.994</u></u>

6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido conforme contabilidade societária	<u>387.964</u>	<u>660.742</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato CPC 47	(1.479.817)	(1.442.548)
Margem de construção	1.231.276	1.160.821
Outras receitas	(73.956)	1.869
PIS/COFINS Diferido	30.557	27.576
Depreciação regulatória	(311.477)	(310.262)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>232.837</u>	<u>130.631</u>
Lucro líquido regulatório	<u><u>17.384</u></u>	<u><u>228.829</u></u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de Contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. *Imobilizado e intangível*

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. *Impostos diferidos*

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. *Receita*

- (a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

A receita de construção e receita de remuneração do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações contábeis regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada.

e. *Custo de construção*

O saldo de custo de construção é reconhecido nas demonstrações financeiras societárias baseado com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas demonstrações contábeis regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Banco (i)	94.692	9.975
Aplicações financeiras (i)	515.647	210.277
	610.339	220.252

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e o saldo da conta reserva do BNDES e das Debêntures em um Fundo de Investimento conforme autorizado no contrato assinado entre as partes. Os CDBs e o Fundo de Investimento podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média em 2021 de 104,48% do CDI.

- (i) Variação refere-se principalmente a maiores receitas decorrentes do reajuste anual de RAP (correção da inflação e revisão tarifária com aumento de 12,43%), combinadas com a entrada dos recursos de debentures contratadas em julho de 2021. Estes efeitos positivos mais do que compensaram os pagamentos de juros e amortização referentes ao empréstimo com o BNDES, pagamentos de juros e amortização das Debêntures com a SGBH e pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio. Parte da sobra de caixa foi aplicada no exercício de 2021.

8 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer (i)	145.943	138.105
Vencidas até 30 dias (i)	5.590	62
Vencidas até 60 dias	14	135
Vencidas até 90 dias	11	35
Vencidas até 120 dias	8	-
Vencidas até 180 dias	8	-
Vencidas há mais de 180 dias	2.558	2.599
	154.132	140.936
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(1.610)	(1.807)
	152.522	139.129

- (i) Variação refere-se principalmente a valores a receber de descontos incidentes na TUST (CDE)

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue abaixo movimentação da PCLD:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	(1.807)	-
Reversão	204	495
Adição	(7)	(2.302)
Saldo em 31 de dezembro	(1.610)	(1.807)

9 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2021	31/12/2020
Conta reserva - financiamentos	<u>139.102</u>	<u>126.866</u>
	<u>139.102</u>	<u>126.866</u>

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 14).

Durante todo o prazo do contrato, caso a XRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos), a XRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter três vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

10 Impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ saldo negativo (i)	31.810	6.342
CSLL saldo negativo (i)	14.406	2
IRRF a recuperar	<u>6</u>	<u>3</u>
	<u>46.222</u>	<u>6.347</u>
	31/12/2021	31/12/2020
IRRF sobre aplicação financeira (i)	-	5.638
IRRF retido de clientes (i)	-	977
INSS	684	684
Pis a recuperar	73	73
Cofins a recuperar	329	329
Outros	<u>82</u>	<u>454</u>
	<u>1.168</u>	<u>8.155</u>

(i) Variação refere-se substancialmente a compensação de impostos provisionados em 2020 através de PER/DCOMP.

11 Imobilizado

11.1 Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	8.489.691	18	(72)	8.978	8.498.615	8.924	(751.466)	7.747.149	8.049.699
Terrenos	6.627	-	-	-	6.627	-	-	6.627	6.627
Edificações, obras civis e benfeitorias	745.760	-	-	345	746.105	345	(60.325)	685.780	710.397
Máquinas e equipamentos	7.708.212	-	(70)	3.926	7.712.068	3.856	(680.575)	7.031.493	7.309.291
Veículos	27.620	18	-	4.538	32.176	4.556	(10.340)	21.836	22.042
Móveis e utensílios	1.472	-	(2)	169	1.639	167	(226)	1.413	1.342
Administração	648	-	-	126	774	126	(258)	516	520
Máquinas e equipamentos	4	-	-	126	130	126	(37)	93	4
Veículos	637	-	-	-	637	-	(220)	417	509
Móveis e utensílios	7	-	-	-	7	-	(1)	6	7
	8.490.339	18	(72)	9.104	8.499.389	9.050	(751.724)	7.747.665	8.050.219
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	142.683	26.364	(40.555)	(8.978)	119.514	(23.169)	-	119.514	142.683
Máquinas e equipamentos	7.339	6.664	(704)	(3.926)	9.373	2.034	-	9.373	7.339
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.870	3.139	(1.430)	(345)	3.234	1.364	-	3.234	1.870
Veículos	3.101	2.068	(163)	(4.538)	468	(2.633)	-	468	3.101
Móveis e utensílios	1.511	343	(68)	(169)	1.617	106	-	1.617	1.511
A ratear	-	105	-	-	105	105	-	105	-

Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2021

	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Adiantamento a fornecedores	3.458	5.229	(5.971)	-	2.716	(742)	-	2.716	3.458
Depósitos judiciais	30.748	566	(10.416)	-	20.898	(9.850)	-	20.898	30.748
Materiais em depósito	14.401	-	-	-	14.401	-	-	14.401	14.401
Adiant fornecedores - Projetos	80.255	8.250	(21.803)	-	66.702	(13.553)	-	66.702	80.255
Administração	445	104	-	(126)	423	(22)	-	423	445
Máquinas e equipamentos	16	-	-	-	16	-	-	16	16
Equipamentos de informática	429	104	-	(126)	407	(22)	-	407	429
	143.128	26.468	(40.555)	(9.104)	119.937	(23.191)		119.937	143.128
Ativo imobilizado	8.633.467	26.486	(40.627)	-	8.619.326	(14.141)	(751.724)	7.867.602	8.193.347

11.2 Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	8.498.615	(751.466)	7.747.149	8.049.699
Administração	7,51%	774	(258)	516	520
		8.499.389	(751.724)	7.747.665	8.050.219

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado – transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%
Máquinas e equipamentos	10,00%

11.3 Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2021

Transmissão	Valor
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3.139
Máquinas e Equipamentos	6.664
Veículos	2.068
Móveis e Utensílios	343
A Ratear	105
Desenvolvimento de Projetos	8.250
Adiantamentos a Fornecedores	5.229
Depósitos Judiciais	566
	<hr/> 26.364 <hr/>

11.4 Principais baixas do ativo imobilizado em curso em 2021

Transmissão	Valor
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	(1.430)
Máquinas e Equipamentos	(704)
Veículos	(163)
Móveis e Utensílios	(68)
Desenvolvimento de Projetos	(5.971)
Adiantamentos a Fornecedores	(21.803)
Depósitos Judiciais	(10.416)
	<hr/> (40.555) <hr/>

11.5 Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2021

Transmissão	Grupo	Valor
1 FORNECIMENTO E CONSTRUCAO DE CERCA DE MOURAO DE CONCRETO PRE MOLDADO	Edificações, obras civis e benfeitorias	115
2 FORNECIMENTO E CONSTRUCAO DE CERCA DE MOURAO DE CONCRETO PRE MOLDADO	Edificações, obras civis e benfeitorias	230
3 GRUPO GERADOR DIESEL 85KVA 60 HZ	Máquinas e equipamentos	100
4 GRUPO GERADOR DIESEL 85KVA 60 HZ	Máquinas e equipamentos	100
5 RELOGIO COMPARADOR 80MM- MESA DE ENSAIO 4,0 M 100T- CJ HIDRAULICO	Máquinas e equipamentos	126
6 BINOCULO CANON 10X30 IS-TENSIOMETRO AP. MEDIDOR DE TENSAO MOD.TCF - INTELLI-TORK H300 40.000 N.M INTELLI-TORK -	Máquinas e equipamentos	255
7 R.O.T.O.R. .H.R. .3.1.0.. .R.O.T.O.R. .H.R. .3.1.0	Máquinas e equipamentos	148
8 CAMERA UV HOTTEC 100 SN	Máquinas e equipamentos	333
9 193220CB CONTATO MOVEL	Máquinas e equipamentos	165
10 DETECTOR TENSAO DC UNIP	Máquinas e equipamentos	167
11 FLIR T860 14° +24° +42°	Máquinas e equipamentos	234
12 FLIR T860 14° +24° +42° S/N 00000000089200886	Máquinas e equipamentos	230
13 FONTE DE LUZ SM/MM - PCP5000I - MICROSCOPIO DI-MTS-6000 PLATAFORMA ALT	Máquinas e equipamentos	183
14 MALETA LOC FALHA C/ GS - LFMS90GS	Máquinas e equipamentos	218
15 FONTE DE LUZ SM/MM- P5000I - MICROSCOPIO DI-MTS-6000 PLATAFORMA ALT	Máquinas e equipamentos	159
16 IMPRESSORA BMP61-IMPRESSORA BBP85-IMPRESSORA BBP12-IMPRESSORA I7100 300DPI	Equipamentos de Informatica	161
17 NOBREAK SMS KEOR BR 10KVA 110/220VCA	Equipamentos de Informatica	65

Transmissão	Grupo	Valor
18 AQUIS EQUIPAMENTO GERAL DE INFORMATICA CONF NF 690	Equipamentos de Informatica	65
19 VW/GOL 1.0L MC4 INTERATIVIDADE "MEDIA PLUS"	Veículos	116
20 EMPILHADEIRA TODO TERRENO	Veículos	299
21 HILUX CD DSL 4X4 POWER PACK	Veículos	392
22 TRATOR MF6713 4RM CABINADO ANO FABRICACAO: 2020 MOD.: 2020	Veículos	680
23 RETROESCAVADEIRA 4CX DIPPER	Veículos	272
24 RETROESCAVADEIRA E PA CARREGADEIRA RB. CS.2E – REBOQUE JULIETA CS 2E PBT 20T 7.700 X 2.600 X 460 MM. C/PNEUS NOVOS	Veículos	278
25 GUINDASTE HID VEIC MD 30007 C, V3C, R2X, STU01, AUS01, 24V, PALF2, FL, ÖLK07, STD, STT STD, STD, EKAT	Veículos	646
26 SERVICIO DE MONTAGEM DE GUINDASTE ARTICUADO MD 45007 CV3C, COM: PERFURATRIZES MADAL PALFINGER	Veículos	122
27 INTELLI-TORK H300 40.000 N.M INTELLI-TORK	Veículos	148
28 HILUX CD DSL POWER PACK	Veículos	207
29 CAMINHONETE MARCA TOYOTA	Veículos	193
30 VW 26.280 6X4 CONSTELLATION	Veículos	455
31 CAMINHONETE MARCA TOYOTA	Veículos	193
32 CESTO AEREO FORSTE 10AI - ARMARIO 2 PORTAS 2500MM ALUMINIO	Veículos	217
33 ARMARIO EM MDF - ARMARIO EM MDF - ARMARIO EM MDF - ARMARIO EM MDF	Móveis e utensílios	94
34 MESA PARA ESTACAO DE TRABALHO + BALCAO	Móveis e utensílios	61
35 OUTROS	Diversos	1.553
Administração		
1 MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL VOSTRO 14 5490	Máquinas e equipamentos	21
2 MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL VOSTRO 14 3400	Máquinas e equipamentos	87
3 MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL XPS 13 7390	Máquinas e equipamentos	10
4 GPS GARMIM MAP 64SC - TABLET GLXY	Máquinas e equipamentos	9

11.6 Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2021

Transmissão	Grupo	Valor
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL	Máquinas e equipamentos	(65)
CANCELAMENTO DUPLICIDADE	Máquinas e equipamentos	(5)
CANCELAMENTO DUPLICIDADE	Móveis e utensílios	(2)

12 Intangível

12.1 Movimentação do intangível:

	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	111.219	22		67	111.308	89	(2)	111.306	111.219
Servidões	111.219	-	-	63	111.282	63	-	111.282	111.219
Softwares	-	22	-	4	26	26	(2)	24	-
Administração	2.464	7		162	2.633	169	(1.216)	1.417	1.766
Licença de uso de softwares	2.464	7	-	-	2.471	7	(1.198)	1.273	1.766
Softwares	-	-	-	162	162	162	(18)	144	-
	113.683	29	-	229	113.941	258	(1.218)	112.723	112.985
Ativo intangível em curso									
Transmissão	1.139	10.283	(9)	(67)	11.346	10.207	-	11.346	1.139
Servidão	626	10.033	(9)	-	10.650	10.024	-	10.650	626
Direito, Marcas e Patentes	32	236	-	(63)	205	173	-	205	32
Softwares	481	14	-	(4)	491	10	-	491	481
Administração	35	208	(28)	(162)	53	18	-	53	35
Softwares	35	208	(28)	(162)	53	18	-	53	35
	1.174	10.491	(37)	(229)	11.399	10.225	-	11.399	1.174
Ativo Intangível	114.857	10.520	(37)	-	125.340	10.483	(1.218)	124.122	114.159

12.2 Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%) (i)	31/12/2021			31/12/2020
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	111.308	(2)	111.306	111.219
Administração	10,00%	2.633	(1.216)	1.417	1.766
		113.941	(1.218)	112.723	112.985

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

12.3 Principais aquisições do ativo intangível em curso em 2021

Transmissão	Valor
Servidões	10.033
Direito, Marcas e Patentes	236
Software	14
	10.283

12.4 Principais baixas do ativo intangível em curso em 2021

Transmissão	Grupo	Valor
DEVOLUCAO REF. A SERVICOS NAO PRESTADOS PELA AVALICON -		
1 DEVOLUCAO DE PGTOS EFETUADOS EM DEZ/2019	Servidão	(2)
2 DEPÓSITO PROC 0022565-86.2018.8.19.0077 - HELENA COQUI	Servidão	(1)
DEPÓSITO PROC 0023404-14.2018.8.19.0077 - MORGANA CORREA		
3 TEIXEIRA	Servidão	(4)
4 DEPÓSITO PROC 0027485-24.2018.8.13.0028 - EDSON MOURA SOARES	Servidão	(2)
Administração		
1 BAIXA - LICENCA DE USO SOFTWARE	Softwares	(28)

12.5 Principais adições do ativo intangível em serviço em 2021.

Transmissão	Grupo	Valor
MONITORAMENTO NORMATIVOS NO GERENCIADOR DE		
1 DOCUMTOS GEDWEB	Servidões	63
2 FLIR THERMAL STUDIO LICENSA PERMANENTE	Softwares	4
Administração		
DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE		
1 COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS AHGORA MULTI 1/5000	Softwares	5
DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE		
2 COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS AHGORA MULTI 1/5000	Softwares	5
3 PREST SERVICOS DE INSTALACAO DE SISTEMAS	Softwares	24
4 SERVICO TECNICO E OUROS SERV DE TECNOLOGIA	Softwares	30
5 PRESTACAO E SERVICOS DE INSTALACAO DE SISTEMA	Softwares	50
6 OPERATION SERVICE - PROJETO PROTHEUS ENHANCEMENT	Softwares	36
7 PROJETO PROTHEUS ENHACEMENTE	Softwares	12

12.6 Principais baixas do ativo intangível em serviço em 2021

Não houve baixas no ativo intangível em serviço no ano de 2021.

13 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para encerramento de obra (i)	132.024	154.877
Fornecedores relacionados à construção (ii)	66.301	82.941
Gastos ambientais e fundiários	54	255
Prestadores de serviços	369	3.460
Outros (iii)	6.014	581
Saldo final	<u>204.762</u>	<u>242.114</u>

- (i) Refere-se a baixa da provisão de encerramento de obra em função de notas fiscais emitidas de fornecedores na fase pré-operacional. As medições continuam sendo realizadas mesmo após a entrada em operação em função do cronograma de pagamentos estabelecidos com os fornecedores, cujo encerramento está previsto para o exercício de 2022.
- (ii) Variação refere-se à pagamentos de finalização de contratos com Epecistas referente à fase pré-operacional.
- (iii) Variação refere-se a novas apólices de seguros patrimonial e de responsabilidade civil.

14 Empréstimos e financiamentos

a. Total da dívida com terceiros

Descrição	Início	Vencimento	Garantias	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
BNDES subcrédito A e B (b)	nov-18	nov-42	SGBH	IPCA+5,62%	5.316.889	5.032.183
BNDES subcrédito C (b)	jun-20	out-38	SGBH	IPCA +5,22%	1.361	1.168
BNDES (c)	jul-21	dez-34	SGBH	IPCA+4,8304%	1.134.235	-
					<u>6.452.485</u>	<u>5.033.351</u>
Circulante					277.021	242.083
Não circulante					<u>6.175.464</u>	<u>4.791.268</u>
					<u>6.452.485</u>	<u>5.033.351</u>

b. BNDES - Direto

Em 01 de novembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foram deliberadas (i) as condições do Contrato de Financiamento de longo prazo firmado entre a XRTE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), assim como (ii) a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e (iii) celebração do Contrato de Penhor de Ações, como interveniente. As aprovações indicadas referem-se à abertura de crédito direto em favor da XRTE no valor de até R\$ 5.213.550 (cinco bilhões, duzentos e treze milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), indexado à TLP (IPCA + 3,10%) + 2,52% para os subcréditos A e B e TLP (IPCA + 3,10%) + 2,12 para o subcrédito C.

Em 21 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o primeiro desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 3.606.505 (três bilhões, seiscentos e seis milhões, quinhentos e cinco mil reais) junto ao BNDES e em 27 de dezembro de 2018 foram quitadas a primeira, segunda e quinta emissões de debêntures, com o pagamento do principal e juros.

Em 29 de janeiro de 2019 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R\$ 817.237 (oitocentos e dezessete milhões duzentos e trinta e sete mil) junto ao BNDES.

Os subcréditos A e B serão pagos em 268 (duzentos e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela venceu em 15 de junho de 2020 e a última vencerá em 15 de outubro de 2042.

Em 19 de junho de 2020 a Companhia recebeu o primeiro desembolso relativo ao subcrédito “C” no valor de R\$ 1.107 (um milhão, cento e sete mil reais) junto ao BNDES

O subcrédito “C” será pago em 199 (cento e noventa e nove) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de abril de 2022 e a última vencerá em 15 de outubro de 2038.

c. Debentures

Em 25 de junho de 2021 foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 7ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, com desembolso em 02 de julho do mesmo ano no valor de R\$ 1.100.000 (um bilhão e cem milhões de reais), sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2021 com o término em 15 de dezembro de 2034.

A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,8304% a.a.

As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.

(i) Garantias

- Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH.
- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- Constituição de contas centralizadora e reserva para cumprimento do serviço da dívida.
- Garantia corporativa da SGBH até completion físico-financeiro do projeto.

As garantias prestadas no âmbito do contrato do BNDES permanecem válidas.

(ii) Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida, conforme Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, que deve ser igual ou superior a 1,3.

Os covenants são calculados a partir das informações contábeis regulatórias registradas e auditadas conforme contrato com o BNDES, Anexo – Fórmula de Cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida.

Abaixo está o cálculo do índice referente ao período de 31 de dezembro de 2021:

(Valores em milhares de Reais, exceto pelo índice calculado)

A) Geração de Caixa	1.176.586
(+) EBITDA	1.230.234
(-) Pagamento de IR + CS	(53.648)
B) Serviço da Dívida	556.120
(+) Amortização de dívida	247.034
(+) Pagamento de juros	309.086
Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	2,1

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR
- (+/-) Resultado Financeiro Líquido
- (+/-) Resultado de equivalência
- (+) Depreciações e amortizações
- (+/-) Perdas (desvalorização) por Impairment
- (+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis

O Índice de Capitalização, de acordo com o referido contrato deve ser igual ou superior a 20%, conforme cálculos abaixo:

Patrimônio Líquido (A)	2.311.157
Ativo Total (B)	9.019.386
Índice de Capitalização (A/B)	26%

d. Total da dívida com partes relacionadas

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
SGBH	jul/18	dez/21	N/A	108% CDI	-	1.021.104
					<u>-</u>	<u>1.021.104</u>
					<u>-</u>	<u>1.021.104</u>
Circulante					-	1.021.104
Não circulante					<u>-</u>	<u>-</u>
					<u>-</u>	<u>1.021.104</u>

Debentures parte relacionadas

Em 13 de julho de 2018, em assembleia geral extraordinária, a Companhia deliberou as condições de sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”) a destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 440.000 (quatrocentas e quarenta mil) debêntures, no valor de R\$ 440.000 (quatrocentos e quarenta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu no dia 16 de julho de 2018.

Em 31 de julho de 2018, foram deliberadas as condições de sua quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”) a destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 790.000 (setecentas e noventa mil) debêntures, no valor de R\$ 790.000 (setecentos e noventa milhões de reais); com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu em 2 de agosto de 2018 no valor de R\$ 360.000 (trezentos e sessenta milhões de reais), 27 de agosto de 2018 no valor de R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais) e 3 de setembro de 2018 no valor de 130.000 (cento e trinta milhões de reais). As destinações dos recursos tiveram como finalidade investimentos, contratação de serviços e liquidação/amortização de dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão descritas no Contrato de Concessão nº 07/2015 - Aneel. Essas operações foram aprovadas pela Aneel através do Despacho nº 1465, datado de 3 de julho de 2018.

Em janeiro de 2019, a XRTE pagou parcialmente seu empréstimo, amortizando R\$ 130.000 (cento e trinta milhões) da dívida total.

Em 20 de dezembro de 2019, foram deliberadas as condições de sua sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”) a Companhia destinatária das debêntures (debenturista). As principais características são: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 26 de dezembro de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 200.000 (duzentos mil) debêntures, no valor de R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais); com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu no dia 03 de janeiro de 2020.

Em 30 de abril de 2020, foi realizada a assembleia geral extraordinária, tendo deliberado a alteração de termo e condição das debêntures objeto das 3ª e 4ª emissões de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, entre a XRTE, na qualidade de emissora das debêntures e a SGBH, na qualidade de debenturista. Os acionistas resolveram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, inclusive tendo aval do debenturista, a alteração da data de vencimento, de modo que as debêntures passarão a ter prazo de vencimento final em 31 de dezembro de 2021.

Em 14 de outubro de 2020 O BNDES aprovou a utilização de recursos da Receita Anual Permitida (“RAP”) extraordinária, provenientes da antecipação da operação comercial do projeto, para quitação de empréstimo de curto prazo obtido com o acionista State Grid Brazil Holding S.A. até o valor de R\$423.000(quatrocentos e vinte e três milhões).

Em 5 de novembro de 2020, a XRTE pagou parcialmente um de seus empréstimos, amortizando R\$ 193.168.232 (cento e noventa e três milhões, cento e sessenta e oito mil e duzentos e trinta e dois reais) da dívida total e quitou integralmente as debentures emitidas em 2020 no valor de R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais) e juros no valor de R\$ 29.831 (vinte e nove milhões , oitocentos e trinta e um mil reais) conforme aprovado pelo BNDES.

No dia 15 de julho de 2021, a Companhia quitou integralmente o empréstimo das Debêntures com a SGBH no valor total de principal e juros de R\$ R\$ 1.037.418 (um bilhão e trinta e sete milhões e quatrocentos e dezoito mil reais).

e. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2021
BNDES	5.033.351	810.178	(284.049)	-	(241.230)	-	5.318.250
Debentures	-	92.163	(25.038)	1.100.000	(5.804)	(27.086)	1.134.235
SGBH (i)	1.021.104	16.315	(130.587)	-	(906.832)	-	-
Total	6.054.455	918.656	(439.674)	1.100.000	(1.153.866)	(27.086)	6.452.485

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2020
BNDES	4.811.051	474.855	(140.845)	1.108	(112.818)	-	5.033.351
SGBH (i)	-	5.279	(5.279)	200.000	(200.000)	-	-
SGBH (i)	1.203.606	35.219	(24.553)	-	(193.168)	-	1.021.104
Total	6.014.657	515.353	(170.677)	201.108	(505.986)		6.054.455

f. Fluxos de pagamentos futuros da dívida (longo prazo):

	Amortização
2023	299.353
2024	327.395
2025	367.253
2026	398.422
2027 - 2042	4.783.041
	6.175.464

15 Impostos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre o prejuízo fiscal.

	31/12/2021	31/12/2020
IR e CS Diferidos ativo (prejuízo fiscal)	49.187	72.159
	49.187	72.159

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	72.159
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(22.972)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	49.187
Saldo em 31 de dezembro de 2019	106.371
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(34.213)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	72.159

16 Taxas regulamentares

	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de fiscalização (TFSEE) (i)	456	679
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (ii)	6.886	7.988
	7.342	8.667

- (ii) TFSEE
 Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 28 de julho de 2021, através do Despacho nº 2.278 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas as competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 5.481 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e um mil reais).

- (iii) P&D
 Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

17 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos cíveis e trabalhistas, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Cível	525	-
Trabalhista	1.403	102
	1.928	102

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	102	-	102
Adições e reversões, líquidas (i)	514	1.247	(3)	1.758
Atualizações monetárias	11	54	3	68
Saldo em 31 de dezembro de 2021	525	1.403	-	1.928

- (i) As adições e as reversões ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial e com encerramento de processos trabalhistas, tributários e cíveis, em alguns casos com desembolso e em outros sem a necessidade de realização de pagamento. Portanto, houve conversão de valores em favor da Companhia e suas controladas; e as provisões constituídas referem-se à riscos cíveis, referentes a, por exemplo, indenizações por faixa de servidão, as trabalhistas dizem respeito a verbas contratuais legais de empregados de terceiros, e as tributárias referem-se a manifestações de inconformidade referentes a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela RFB.

Contingências possíveis (não provisionados)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos cíveis, servidões, trabalhistas, fiscais e ambientais, conforme segue:

Contingências possíveis (não provisionadas):

Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Cível (i)	1.088	1.377
Servidões (ii)	10	596
Trabalhista (iii)	1.688	3.049
Fiscal (iv)	4.224	3.758
Ambiental (v)	419	404
	7.429	9.184

- (i) Processos Cíveis–. Tratam-se de ações judiciais nas quais se discute cobrança e obrigações contratuais, sendo que os principais feitos são os seguintes: Processos número 0288724-27.2019.8.19.0001, 0153402-64.2021.8.19.0001 e 0154389-03.2021.8.19.0001, todos do Rio de Janeiro, 5000432-96.2020.8.13.0388, de Minas Gerais.
- (iv) Servidões – Trata-se de ação judicial objeto do Processo nº 0000173-43.2016.8.19.0039, do Rio de Janeiro, na qual se discute a constituição de servidão de passagem para implantação de torres destinadas a suportar linhas de transmissão de energia elétrica.
- (v) Processos Trabalhistas – O risco é composto por reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados internos e de Companhias terceirizadas, nas quais se discute o pagamento de verbas contratuais legais e seus reflexos. Os principais casos nos quais se discute os temas aqui referidos são os seguintes: processo nº 0100837-66.2020.5.01.0048, 0100311-47.2020.5.01.0421 e 0101080-89.2019.5.01.0421, do Estado do Rio de Janeiro, 0000195-85.2021.5.08.0103, 0000195-85.2021.5.08.0103 e 0000160-28.2021.5.08.0103, do Estado do Pará.
- (vi) Processos Fiscais – Referem-se a cobranças de ISS e ICMS apresentadas por Municípios decorrentes principalmente da implantação de torres nas referidas localidades e que não são reconhecidas pela companhia. As principais ações nas quais esses temas são discutidos são as seguintes: Processos número 0001221-03.2019.8.27.2725, 0001987-56.2019.8.27.2725, 0001047-85.2019.8.27.2727 e 0001160-39.2019.8.27.2727, todos Estado do Tocantins, 0800208-51.2021.8.14.0065, 0800570-53.2021.8.14.0065 e 0851678-92.2021.8.14.0301, todos do Estado do Pará.
- (vii) Processos Ambientais - A Companhia foi autuada administrativamente por, supostamente, ter deixado de atender condicionante da Licença de Instalação n.º 1180/2017, bem como teria constado informação equivocadas no Relatório do Subprograma de Afugentamento, Resgate e Soltura de Fauna, apresentado no âmbito do processo de licenciamento ambiental. Os principais casos nos quais se discute os temas aqui referidos são os seguintes: processo número 02015.004529/2019-87, 02015.004527/2019-98, 02015.004525/2019-07 e 02015.004526/2019-43, todos do Estado de Minas Gerais.

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Tendo em vista o excesso de capital social em relação ao objeto e às operações atualmente desenvolvidas pela sociedade, através de AGE realizada em 19 de julho de 2021, os sócios decidem pela redução do capital social, que passou de R\$ 2.771.001 (dois bilhões, setecentos e setenta e um milhões e um mil reais) para R\$ 2.291.001 (dois bilhões, duzentos e noventa e um milhões e um mil reais), resultando em uma redução de R\$ 480.000 (quatrocentos e oitenta milhões de reais), pelo cancelamento de 480.000 (quatrocentas e oitenta milhões) de ações ordinárias nominativas, em conformidade como artigo 173 da lei nº 6.404/76. Dessa forma, o capital social da Companhia passa de R\$ 2.771.001 (dois bilhões, setecentos e setenta e um milhões e um mil reais) para R\$ 2.291.001 (dois bilhões, duzentos e noventa e um milhões e um mil reais), representado por 2.291.001 (dois bilhões, duzentas e noventa e um milhões e um mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2021 e 2020
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	<u>0,01%</u>
	<u>100%</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

c. Reserva de retenção de lucros

O saldo acumulado de reserva de retenção de lucros em 2020 foi de R\$ 1.020.441 (um bilhão, vinte milhões, quatrocentos e quarenta e um mil reais)

Em 2021 a Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal, pagamento de dividendos adicionais e reversão da reserva especial de lucros a realizar, ficando disponível o montante R\$ 1.960.759 (um bilhão, novecentos e sessenta milhões, setecentos e cinquenta e nove mil reais) na forma de retenção de lucros para pagamentos futuros conforme determinação dos Acionistas, de acordo com proposta de orçamento de Capital aprovada

d. Reserva de incentivos fiscais

A XRTE é elegível a incentivo fiscal regional por meio de redução do imposto de renda pessoa jurídica (CIT) com base em método de cálculo denominado “Lucro da Exploração” por estar localizada na região sob jurisdição da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia).

Esse benefício corresponde a uma redução de 75% sobre as receitas auferidas com a concessão do serviço público das linhas de transmissão de energia elétrica localizadas na área incentivada pelo período de 10 anos.

O incentivo fiscal foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 103/2021 de fevereiro de 2021, podendo ser fruído de janeiro de 2020 a dezembro de 2029.

De acordo com a legislação em vigor, o valor dos tributos não recolhidos em decorrência das isenções e reduções da carga tributária não pode ser distribuído aos acionistas e deve ser registrado como reserva de incentivos fiscais à pessoa jurídica. Essa reserva só deve ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumentar o capital da Companhia.

Embora tenha sido emitido no ano calendário de 2021, o despacho decisório da RFB retroage ao ano anterior, portanto, o incentivo fiscal pode ser gozado a partir de janeiro de 2020.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 24, o valor deve ser registrado na reserva de incentivos fiscais das demonstrações financeiras correntes por se tratar de um evento ocorrido entre o encerramento do exercício e a data final de emissão das demonstrações financeiras.

O valor acumulado do benefício concedido à Companhia é de 34.005 (trinta e quatro milhões, cinco mil, cento e vinte reais) em 31 de dezembro de 2021.

e. Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido societário do exercício	387.964	660.741
Reserva legal (5%)	<u>(19.399)</u>	<u>(33.037)</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>368.565</u>	<u>627.704</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>3.686</u>	<u>6.277</u>
Provisão de juros sobre capital próprio	<u>(58.645)</u>	<u>(115.121)</u>

Conforme AGO de 08 de julho de 2020, considerando o saldo de reserva de lucros existente da Companhia, foi aprovado a distribuição de dividendos adicionais no valor de R\$ 110.859 (cento e dez milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil reais) a serem pagos aos acionistas ao longo do ano, na proporção de sua participação acionária. Esse valor, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados foram pagos em 06 de agosto de 2020.

Em 28 de dezembro de 2020, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 115.120 (cento e quinze milhões, cento e vinte mil reais) referente ao exercício social de 2020. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 17.268 (dezessete milhões, duzentos e sessenta e oito mil reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 97.852 (noventa e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil reais). Esse montante foi pago em julho de 2021. Devido o valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo para o exercício de 2020.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 49.575 (quarenta e nove milhões, quinhentos e setenta e cinco mil reais). Esse montante, bem como o valor de dividendos de exercícios anteriores, foi pago em agosto de 2021 totalizando R\$ 50.064 (cinquenta milhões, sessenta e quatro mil reais).

Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 58.647 (cinquenta e oito milhões de reais) referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 8.798 (oito milhões, setecentos e noventa e oito mil reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$ 49.848 (quarenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e oito mil reais). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

19 Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta	<u>1.471.938</u>	<u>1.381.890</u>
Receita de rateio de antecipação	(6.730)	(24.285)
Receita de encargos de transmissão (i)	1.333.844	1.244.204
Recuperação de PIS e COFINS	131.261	123.648
Parcela de ajuste do ciclo anterior (ii)	(20.618)	2.408
Indisponibilidade de equipamentos	(18.715)	(9.241)
Descontos Incidentes na TUST	52.896	45.156
Deduções da receita operacional	<u>(156.674)</u>	<u>(144.786)</u>
PIS	(24.287)	(22.801)
COFINS	(111.867)	(105.024)
P&D	(13.153)	(12.334)
TFSEE	<u>(7.367)</u>	<u>(4.627)</u>
	<u><u>1.315.264</u></u>	<u><u>1.237.104</u></u>

- (i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2021
- (ii) Variação de acordo com a receita faturada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

20 Custo da operação

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(30.013)	(28.453)
Administradores	-	(96)
Material	(4.292)	(3.237)
Serviços de terceiros	(13.187)	(12.391)
Depreciação e amortização	(311.477)	(310.262)
Gastos diversos	(6.150)	(5.081)
Outros	<u>(9.695)</u>	<u>(9.434)</u>
	<u><u>(374.814)</u></u>	<u><u>(368.954)</u></u>

21 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal (i)	(8.912)	(10.824)
Administradores (i)	(2.189)	(4.433)
Material	(509)	(48)
Serviços de terceiros	(1.875)	(1.958)
Arrendamentos e aluguéis	(1.847)	(2.170)
Provisão/reversão (ii)	(848)	(1.703)
Tributos	(67)	(3.517)
Depreciação e amortização	(646)	(585)
Seguros	(21)	(484)
Doações (iii)	(458)	(9.835)
Outras	(1.593)	(2.215)
	<u>(18.965)</u>	<u>(37.772)</u>

- (i) Variação refere-se ao retorno de funcionários chineses do Brasil para China.
- (ii) Variação refere-se substancialmente a provisão para Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD).
- (iii) Variação refere-se a doações feitas pela Companhia no exercício de 2020 para contribuir com os esforços governamentais e mitigar os efeitos da pandemia conforme nota explicativa 1.4

22 Despesas com pessoal

Pessoal - operação	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	(18.916)	(17.318)
Encargos	(6.249)	(6.356)
Previdência privada	(238)	-
Outros Benefícios - Corrente	(4.527)	(4.546)
Outros	(83)	(233)
	<u>(30.013)</u>	<u>(28.453)</u>
Pessoal - administração	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	(4.835)	(5.196)
Encargos	(2.277)	(3.232)
Previdência privada	(1)	-
Benefícios	(691)	(885)
Outros	(1.108)	(1.511)
Administradores	(2.189)	(4.433)
	<u>(11.101)</u>	<u>(15.257)</u>
	<u>(41.114)</u>	<u>(43.710)</u>

23 Outras receitas/ (despesas) operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva SUDAM (i)	(3.642)	37.648
Receitas de Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) (ii)	1.729	278
Gastos Diversos Serviços de O&M	(682)	(634)
Serviços de terceiros	(618)	(624)
Outros	(161)	(28)
	(3.374)	36.640

- (i) Valor refere-se a reserva incentivo fiscal que foi concedido à Companhia pela Receita Federal do Brasil (RFB) por meio do despacho decisório nº 103/2021 de fevereiro de 2021. Variação refere-se a redução da proporção de incentivos fiscais de anos anteriores contabilizados em 2021.
- (ii) Variação refere-se a faturamentos de contratos novos de CCI e da receita de dispêndios (reembolso do custo dos estudos técnicos vinculados à concessão da Companhia ganhadora do Leilão nos termos do art. 21 da lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.)

24 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira	27.924	13.209
Receitas de aplicações financeiras (i)	26.969	13.707
Outras receitas financeiras (ii)	2.318	147
Tributos sobre receitas financeiras	(1.363)	(645)
Despesa financeira	(924.555)	(521.758)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(314.652)	(307.233)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (iii)	(16.315)	(40.498)
Atualizações TJLP (iv)	(524.212)	(167.622)
Variações monetárias (v)	(64.519)	-
Multas e acréscimos moratórios (vi)	(624)	(1.925)
IOF, comissões e taxas	(15)	(65)
Outras despesas financeiras	(4.218)	(4.415)
	(896.631)	(508.549)

- (i) Variação refere-se substancialmente ao aumento das aplicações em CDB/CDI ao longo do ano de 2021.
- (ii) Variação refere-se substancialmente a atualização monetária (SELIC) do saldo negativo de IRPJ e CSLL de 2017 a 2019.
- (iii) A redução nos juros de empréstimos com partes relacionadas ocorreu devido à quitação do empréstimo com a SGBH em 2021, conforme mencionado na nota explicativa 14.
- (iv) Variação refere-se devido a alta na taxa TLP do empréstimo com o BNDES calculada também com a meta da inflação.
- (v) Variação monetária da debênture emitida em julho/21.
- (vi) Variação refere-se substancialmente ao pagamento de multa de ICMS em 2020.

25 Conciliação do imposto de renda e contribuição social (lucro real)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	624.897	921.013
Adições/Exclusões não dedutíveis	22.615	26.223
Ajustes ICPC 01	(553.300)	(389.323)
Doações e subvenções para investimento	3.642	(37.648)
Juros s/ Capital Próprio	(58.645)	(115.121)
Lucro Real	<u>39.209</u>	<u>405.144</u>
Compensação PF/BN (30%)	(11.763)	(121.543)
Lucro Real (Após Compensação)	27.446	283.601
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(6.837)	(70.876)
Inc. Fiscais	524	973
IRPJ devido (25%)	(6.313)	(69.903)
CSLL (9%)	(2.470)	(25.524)
IR e CS correntes (ajuste de anos anteriores) (i)	27.659	-
IR e CS correntes	(8.783)	(95.427)
IR e CS diferidos	(22.972)	(34.213)
	<u>(4.096)</u>	<u>(129.640)</u>
Alíquota efetiva	1%	11%

- (i) A Companhia ajustou a tributação das Receitas de O&M (IFRIC 12) referente ao ano calendário de 2020, o que ocasionou o ajuste no ano calendário de 2021

26 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

26.1 Ativo

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	<u>10</u>	<u>20</u>
Outros	10	20

26.2 Passivo

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - partes relacionadas	<u>37</u>	<u>1.021.390</u>
Serviços de engenharia SGSE (i)	37	282
Outros	-	4
Empréstimos com a SGBH (nota explicativa 14)	-	1.021.104

26.3 Resultado

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado - partes relacionadas	<u>(18.828)</u>	<u>(43.121)</u>
Aluguel (ii)	(1.832)	(1.999)
Serviços de engenharia SGSE (i)	(681)	(624)
Juros de empréstimo com a SGBH (nota explicativa 14)	(16.315)	(40.498)

- (i) A State Grid Serviços de Engenharia S.A. (“SGSE”) é uma Companhia do Grupo SGBH criada para prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento para projetos e estudos relacionados a acesso de terceiros em subestações de energia. Em 13 de agosto de 2020 a XRTE assinou contrato com a SGSE para a prestação dos serviços técnicos profissionais de engenharia do proprietário, fiscalização e comissionamento, para análise, elaboração de estudos e projetos, ensaios e testes, verificação de conformidade em equipamentos e sistemas, bem como aprovação técnica para acesso da concessionária de transmissão Mantiqueira, na subestação de energia Terminal RIO – 500kV.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

26.4 Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

Valores reconhecidos no resultado	31/12/2021	31/12/2020
<u>Remuneração fixa e variável (*)</u>		
Salário	1.775	3.767
Benefícios diretos e indiretos	805	227
Encargos	752	1.029
Provisões (13 salário, férias e bônus)	<u>175</u>	<u>189</u>
Valor total da remuneração	3.508	5.212

- (*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

27 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 27.1, não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

27.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	610.339	220.252
Títulos e valores mobiliários	9	139.102	126.866
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	26	10	20
Concessionárias e permissionárias	8	152.522	139.129
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	13	204.762	242.114
Fornecedores partes relacionadas	26	37	286
Empréstimos e financiamentos	14	6.452.485	5.033.351
Empréstimos partes relacionadas	14	-	1.021.104

Para o cálculo do valor de mercado das debêntures, projetaram-se os recebimentos provenientes desta ao longo de um fluxo de caixa considerando as seguintes premissas: (a) índice e taxa indicativa ANBIMA provenientes de debêntures semelhantes (setor, indexador, duration) para os casos onde a debênture analisada não constar na base ANBIMA e (b) curva de amortização do agente fiduciário. O valor deste fluxo a valor presente é a abordagem de mensuração do valor justo.

Conforme tal metodologia, o valor justo das debêntures para a Companhia pode ser observado conforme o quadro abaixo:

- Saldo contábil: R\$ 1.161.321
- Cálculo valor justo: R\$ 1.015.262

27.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2021	31/12/2020
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalente	610.339	220.252
Títulos de Valores Mobiliários	139.102	126.866
Contas a receber partes relacionadas	10	20
Concessionária e Permissionárias	152.522	139.129
Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos - terceiros	6.452.485	5.033.351
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	-	1.021.104

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a Companhia apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento da garantia dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

28 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

29 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2021	31/12/2020
Responsabilidade civil	Risco civil	30.000	30.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	5.414.633	5.414.633
Veículos	Carros	9.307	6.505
Equipamentos	Equipamentos	9.325	952
		<u>5.463.265</u>	<u>5.452.090</u>

30 Compromissos assumidos

A Companhia assinou até o presente momento contratos de construção e fornecimento de materiais da linha de transmissão, cujo o saldo a pagar refere-se ao montante total de R\$ 3.949 (três milhões, novecentos e quarenta e nove mil reais). Esses contratos serão pagos conforme medições realizadas por pessoal técnico e recebimento de materiais conforme previstos nas suas cláusulas. As datas de assinatura e o cronograma de vencimentos estão abaixo:

Número Contrato	Fornecedor	Descrição	Data	Total
XRTE-ENG-2018-0547	ACX ENGENHARIA LTDA DORACI MARIA FAIZ	Contrato para elaboração e construção de 10 (dez) instalações / sedes e subdesdes de manutenção e operação	31/10/2018	632
XRTE-ADM-2019-0985	KUSTER LACUS SERVICE LOCAÇÃO	Contrato aluguel apto chineses em Altamira	30/09/2020	46
XRTE-AD-2021-3908	EIRELI J. S. SOARES	Contrato serviço de limpeza SS Xingu	08/03/2021	591
XRTE-AD-2021-4164	TRANSPORTES LTDA BIRD SOLUTIONS E	Contrato serviço de transporte SS Xingu	03/11/2021	839
XRTE-UHV-2021-4172	TECNOLOGIA – EIRELI WECOM COM DIST E SERV EM TEC DA INFORMACAO	Contrato de locação de repetidoras para SS Xingu	12/11/2021	84
XRTE-UHV-2021-4473	S.A. Amaro, Antunes e Mourão	Contrato de fornecimento de byne table	16/12/2021	155
XRTE-LD-2019-0987	Advogados Associados	Consultoria e assessoria jurídica	02/09/2019	1.602
				<u>3.949</u>

Cronograma de vencimento	Em R\$ mil
2022	2.288
2023	1.029
2024 em diante	632
<u>3.949</u>	